

**HABEAS CORPUS Nº 555.942 - RJ (2020/0000020-0)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**THAIS CAMPOS VIEITAS ALVES - RJ121716**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PACIENTE : JOSE ARMANDO DILUCCA AREZZO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DECISÃO**

**JOSÉ ARMANDO DILUCCA AREZZO** alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro** no HC n. 0061216-93.2019.8.19.0000.

A defesa pugna pelo direito de recorrer em liberdade da sentença, prolatada em 2/8/2019, que o condenou à pena de 8 anos de reclusão mais multa, em regime inicial fechado, mais multa, pela prática dos delitos de **tráfico de drogas e de receptação**.

Indeferida a liminar (fls. 99-100) e prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem.

**Decido.**

**I. Contextualização**

O Magistrado de primeiro grau assim decretou a prisão preventiva:

[...]

Com efeito, o indiciado foi preso em flagrante porque supostamente transportava pela Rodovia Rio Santos **387 kg de 'maconha'** distribuídos em 430 tabletes, consoante se vê do laudo de exame constante dos autos

O material elevado quantitativo de material entorpecente fora supostamente arrecadado por policiais rodoviários federais no interior do automóvel Fiat Siena, que naquele

oportunidade era conduzido pelo indiciado.

Assevere-se que após consultas aos sistema disponíveis à polícia, verificou-se **tratar-se de veículo objeto de roubo e que posteriormente fora 'clonado'**.

Tais comportamentos estão a indicar que neste momento a segregação é legítima e necessária, sobretudo diante da insegurança e desagregação social causadas pelo delito de tráfico de entorpecentes, autorizando a custódia cautelar para que seja garantida a ordem publica e aplicada lei penal, evitando-se a continuidade do atuar delitivo (fl. 47).

Ao prolatar a sentença, o Juiz sentenciante manteve a constrição cautelar, "tendo em vista [...] a quantidade de substância apreendida e a condução de veículo objeto de roubo, com documento de origem espúria, com o fim de acautelar a ordem pública, ante tal gravidade concreta, e considerando que os indícios de autoria se firmaram, vislumbro a presença dos requisitos previstos no art. 312 e 313, I, do CPP que ensejam a prisão cautelar.

O Tribunal de origem denegou a ordem para manter a custódia porque, **"embora o paciente tenha respondido ao processo solto, pois relaxada sua prisão em 17 de outubro de 2018 com aplicação de medidas cautelares substitutivas, sua soltura restou prejudicada diante da prisão imposta no processo 0000642-09.2018.8.19.0043"** (fl. 19, grifei).

## **II. Prisão Preventiva – motivação idônea**

A prisão preventiva é compatível com a presunção de não culpabilidade do acusado desde que não assuma natureza de antecipação da pena e não decorra, automaticamente, da natureza abstrata do crime ou do ato processual praticado (art. 313, § 2º, CPP). Além disso, a decisão judicial deve apoiar-se em motivos e fundamentos concretos, relativos a fatos novos ou contemporâneos, dos quais se possa extrair o perigo que a liberdade plena do investigado ou réu representa para os meios ou os fins do processo penal (arts. 312 e 315 do CPP).

Enfatizo ser a decisão que decreta a prisão cautelar uma decisão tomada *rebus sic stantibus*, pois está sempre sujeita a nova verificação de seu cabimento, quer para eventual revogação, quando cessada

a causa ou o motivo que a justificou, quer para sua substituição por medida menos gravosa, na hipótese de ser esta última suficientemente idônea (adequada) a alcançar o mesmo objetivo daquela.

Na hipótese, observo que **se mostram bastantes as razões invocadas na instância de origem para justificar** a prisão cautelar do paciente, porquanto contextualizaram, em dados concretos dos autos, o *periculum libertatis*.

O Juiz, conforme dita o art. 387, § 2º, do CPP, ao manter a prisão preventiva na sentença para garantir a ordem pública, ressaltou a gravidade concreta da ação praticada, com a apreensão, em poder do acusado, de **387 kg de maconha, além do veículo também ser produto de roubo, o que configurou a receptação**.

Concluo, portanto, **haver motivos suficientes para fundamentar a manutenção da prisão preventiva do réu**.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS, RECEPÇÃO E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. INDEFERIMENTO DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. ORDEM DENEGADA. 1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos dos artigos 282, incisos I e II c/c 312 do CPP. 2. O Juiz de primeira instância apontou, de forma idônea, a presença dos vetores contidos no art. 312 do Código de Processo Penal, indicando motivação suficiente para decretar a prisão preventiva, ao salientar as circunstâncias do flagrante e a gravidade concreta do delito, cuja apreensão de entorpecente totalizou 1.530 Kg de maconha.

3. Em razão da gravidade do crime e das indicadas circunstâncias do fato, as medidas cautelares alternativas à prisão não se mostram adequadas e suficientes para evitar a prática de novas infrações penais.

4. Habeas corpus denegado.

(HC n. 472.571/MG, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 4/2/2019).

### **III. Substituição da prisão preventiva por cautelares diversas – inadequação e insuficiência**

Diante **da gravidade do delito perpetrado**, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

Ilustrativamente:

[...]

V - Adequada fundamentação do *decisum a quo* demonstrando **a real possibilidade de reiteração das condutas delitivas, portanto, não se faz viável a substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão**, em razão dos múltiplos riscos à ordem pública.

Agravo Regimental desprovido.

(AgRg na PET no RHC n. 90.040/RJ, Rel. Ministro **Felix Fischer**, 5ª T., DJe 13/4/2018, destaquei)

### **IV. Dispositivo**

À vista do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 20 de março de 2020.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**